



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO

Número \_\_\_\_\_ / XI ( 1ª)

PERGUNTA

Número 1297 / XI ( 1ª)

Expeça-se

Publique-se

04/02 /2010

O Secretário da  
Mesa

Assunto: **Condições de habitabilidade da Escola Básica 1,2,3 de Gondifelos, V.N. de Famalicão**

Destinatário: **Ministério da Educação**

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República*

O Grupo Parlamentar do PCP tomou conhecimento de que a Escola Básica 1,2,3 de Gondifelos no concelho de V.N. de Famalicão não assegurava condições de habitabilidade suficientes para o bom funcionamento das actividades lectivas, apesar de ter sido considerada “Escola Modelo” pelo Ministério da Educação, e ser de construção relativamente recente (cerca de 9 anos).

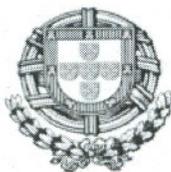
Numa visita que realizamos a 2 de Fevereiro, acompanhados pela Direcção da Escola pudemos comprovar a justeza das reclamações.

- Não existe sistema de aquecimento, e no período de Inverno, como o que atravessamos, o frio que se sente no interior das salas de aula é difícil de suportar, e não permite boas condições a estudantes e professores, mesmo que bem agasalhados, sendo que por vezes os alunos não conseguem escrever; no Verão o problema é naturalmente o inverso;

- Ao longo de todo o edifício, corredores, salas de aula e espaços comuns verificam-se graves infiltrações e escorrências, e mesmo a entrada de água, com a inevitável consequência do “descascar” das tintas e fungos; não existe isolamento térmico e acústico, e dotada de grandes áreas de janelas/vidro, permitindo uma boa luz natural, a não utilização vidros duplos agravou os problemas térmicos no interior;

- No bonito espaço da biblioteca, a par dos problemas referidos anteriormente, inviabilizando por questões de segurança, em dias de chuva o quadro eléctrico, o soalho está a levantar devido à humidade;

- Outro problema detectado, provavelmente por deslizamento da terra do solo em que está



implantada a Escola, verificam-se rupturas da canalização de água, o que reforça a entrada de humidades e provoca um volumoso consumo/desperdício de água.

O PCP considera a situação descrita como um obstáculo ao funcionamento normal das actividades lectivas, e entende imperativo a célere resolução destes problemas. Atrasos na resposta aos problemas só podem representar níveis de degradação mais profundos e agravamento dos custos da requalificação. A DREN e o Ministério da Educação conhecem o problema.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do Ministério da Educação me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Após a entrega da obra, foi feita alguma diligência administrativa ou reclamação judicial relativamente aos evidentes erros e deficiências da construção, junto da empresa construtora? Quais os seus resultados? Qual a avaliação relativamente à responsabilidade pelos actuais problemas: erros dos projectos arquitectónico e de engenharia civil, ou o não cumprimento pela construtora das indicações dos projectos?
2. Que medidas estão previstas para resolver os problemas expostos? Quando se prevê que possam iniciar-se as obras de requalificação da Escola? Está em consideração a possibilidade de projectos no âmbito do reequilíbrio energético do edifício, nomeadamente com instalação de vidros duplos e sistemas solar térmicos?

Palácio de S. Bento, 04 de Fevereiro de 2010

Os Deputados:

Rita Rato

*Rita Rato*

Agostinho Lopes

*Agostinho Lopes*